

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa Trimestral de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Julho de 2023

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA.....	2
METODOLOGIA.....	8

ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA

A partir de 2023, a Fecomércio SC passa a divulgar duas publicações referentes a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência para o Estado de Santa Catarina (PEIC), uma com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apurados mensalmente através de pesquisa probabilística realizada na capital do estado. E outra de periodicidade trimestral com dados obtidos pela própria Fecomércio SC nas nove principais cidades do estado: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages e São Bento do Sul. Esta última é que se apresenta agora.

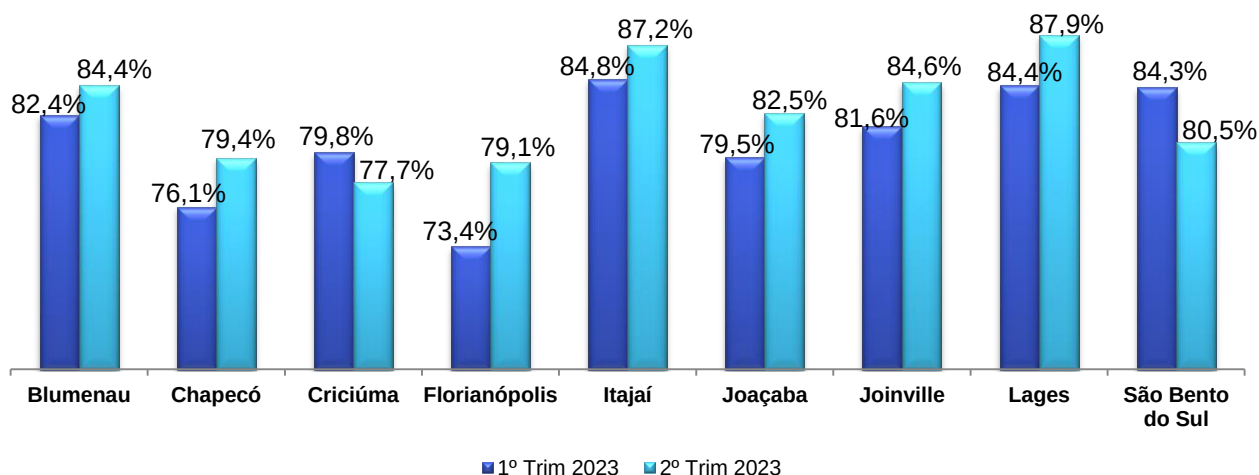
No primeiro trimestre de 2023, as cidades catarinenses selecionadas mostraram elevado nível de famílias endividadas, de inadimplentes e até mesmo um significativo percentual de famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas. Os dados *per si*, formam um fenômeno que requer atenção das autoridades, já que conforme observado nos relatórios mensais, anteriormente, durante o ano de 2022, houve um movimento de crescimento dessas taxas tanto no cenário estadual quanto no nacional. Ademais, no segundo trimestre de 2023 tal movimento não cessou.

Desta forma, no primeiro trimestre de 2023, os maiores índices de endividamento nas cidades catarinenses foram observados em Itajaí (84,8%), Lages (84,4%), São Bento do Sul (84,3%), Blumenau (82,4%) e Joinville (81,6%). Enquanto, no segundo semestre, o número de cidades com mais de 80% de famílias endividadas aumentou, sendo elas: Lages (87,9%), Itajaí (87,2%), Joinville (84,6%), Blumenau (84,4%), Joaçaba (82,5%) e São Bento do Sul (80,5%).

Importante observar que em sete das nove cidades pesquisadas o índice de endividamento apresentou crescimento na passagem do trimestre. A maior variação em pontos percentuais (p.p.) foi registrada na capital. Em Florianópolis o endividamento aumentou 5,7 p.p., passando de 73,4% no primeiro trimestre para 79,1% no segundo. As outras duas maiores variações ocorreram em Lages (3,5 p.p.) e em Chapecó (3,3 p.p.). Na contramão, apenas dois municípios apresentaram retração do percentual de endividamento: São Bento do Sul (-3,8 p.p.) e Criciúma (-2,1 p.p.).

No entanto, deve-se ressaltar que o nível de endividamento por si próprio não é um mal para a economia, uma vez que consumidores mais seguros de sua situação econômica fazem uso de crédito e compram de forma parcelada. O problema surge quando os endividados não conseguem honrar seus compromissos, passando assim para o grupo dos inadimplentes.

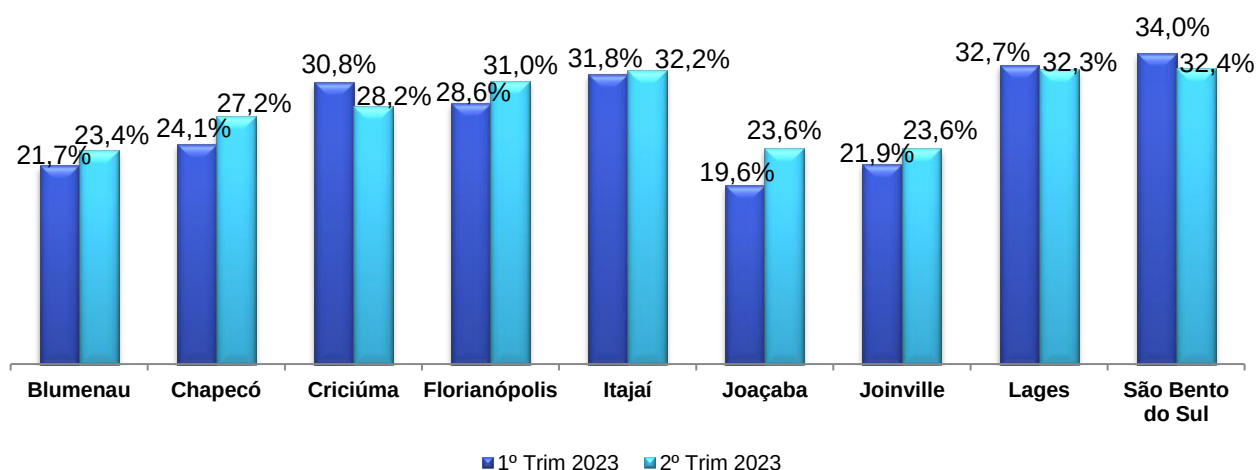
Percentual de famílias endividadas em Santa Catarina se mantém em patamar elevado nos dois primeiros trimestre de 2023.



Em relação a inadimplência, os dados são preocupantes. Oito das nove cidades apresentaram taxa de inadimplência acima dos 20% no primeiro trimestre de 2023 e em quatro destas, o indicador estava acima dos 30%: São Bento do Sul (34,0%), Lages (32,7%), Itajaí (31,8%) e Criciúma (30,8%). Apenas em Joaçaba o registro da inadimplência ficou abaixo dos 20% no primeiro semestre de 2023 com 19,6%.

Na passagem do primeiro para o segundo trimestre, o destaque no ranking da inadimplência foi Criciúma que reduziu a taxa em -2,7 p.p., saindo da quarta posição ao marcar o percentual dos 28,2%. Ainda reduziram o índice de inadimplentes as cidades de São Bento do Sul (-1,6 p.p.) e de Lages (-0,5 p.p.).

Percentual de famílias endividadas em Santa Catarina se mantém em patamar elevado nos dois primeiros trimestre de 2023.

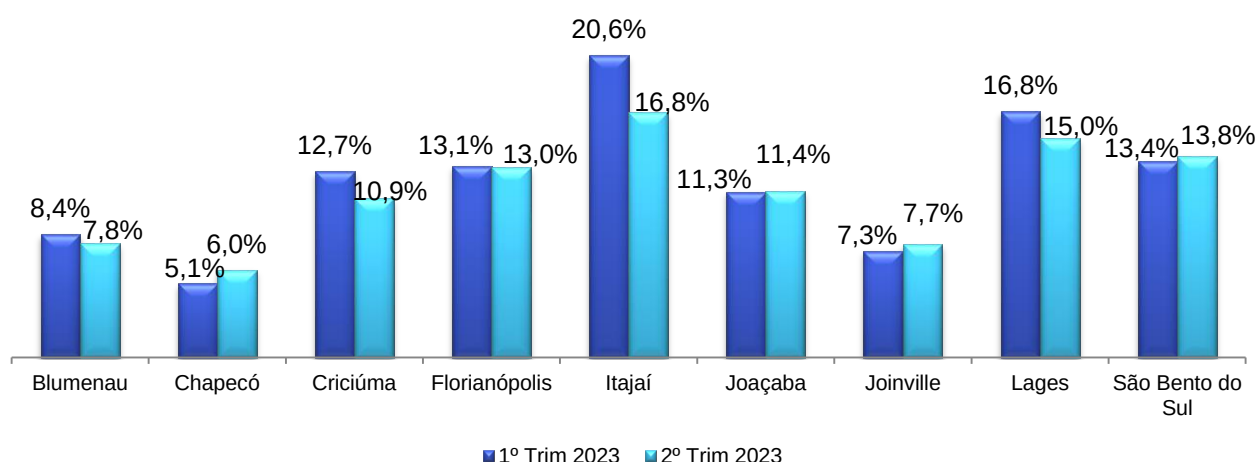


Todavia, em termos de ranqueamento dos inadimplentes não se alterou os posicionamentos de tais localidades no top do ranking: São Bento do Sul (32,4%), Lages (32,3%) e Itajaí (32,2%) continuam liderando a inadimplência no estado. Sendo novidade a introdução de Florianópolis (31,0%) na quarta posição. Por outro lado, o percentual de famílias com contas em atraso cresceu em seis localidades, tendo os maiores aumentos ocorridos em Joaçaba (23,6%) com 4,1 p.p. e em Chapecó (27,2%) com 3,1 p.p.

Ainda sobre a inadimplência é importante ressaltar que mesmo nas três cidades em que os registros foram os menores da pesquisa trimestral, Blumenau (23,4%), Joinville (23,6%) e Joaçaba (23,6%), os índices encontram-se em níveis elevados, o que requer atenção.

É bastante plausível que os elevados níveis de inadimplência observados estejam, em certo grau, associados a dinâmica do mercado de trabalho dessas cidades. Conforme apontado na última análise da Fecomércio SC sobre o Mercado Formal de Empregos, desde de fevereiro de 2023 que o saldo de contratações tem diminuído mês após mês, consolidando uma desaceleração do mercado de trabalho no estado. Nesta toada, um exemplo pontual é o caso de São Bento do Sul. Nesta cidade, após um forte saldo negativo de contratações no mercado formal de trabalho em dezembro de 2022 (-920), apenas nos meses de janeiro (30) e de fevereiro (57) é que se observou a expansão das vagas. Assim, a sequência de retrações nos postos de trabalho da cidade, março (-85), abril (-6), maio (-143) e junho (-153), pode explicar as taxas apresentadas para o endividamento e a inadimplência.

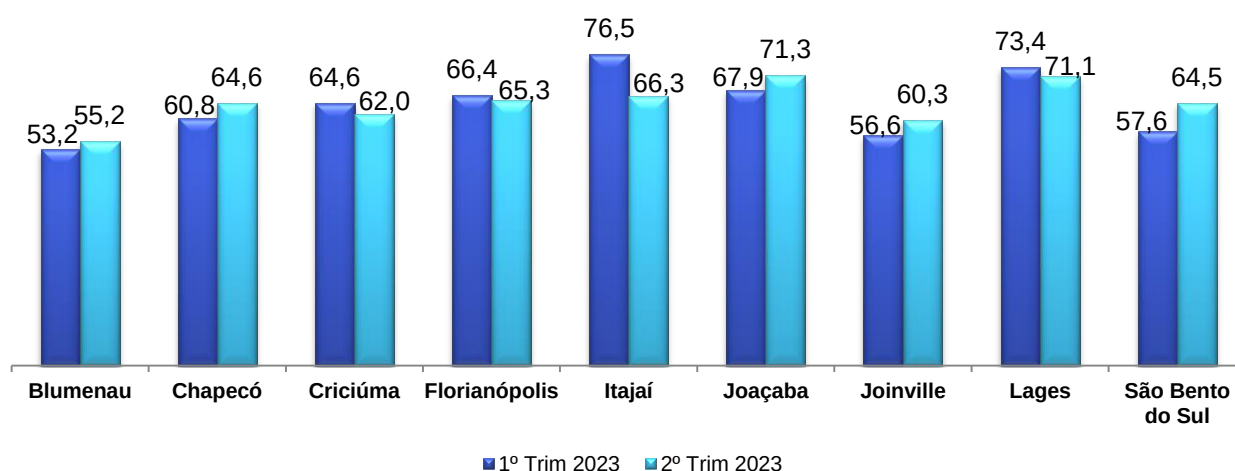
Percentual de famílias que não terão condição de pagar as dívidas em Santa Catarina nos dois primeiros trimestre de 2023.



Outro dado bastante emblemático é o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Com excessão de Chapecó (5,1%), Joinville (7,3%) e Blumenau (8,4%), as demais cidades apresentaram índices com dois dígitos, tanto no primeiro quanto no segundo trimestre. O que já é um sinal de atenção per si. No primeiro trimestre, no topo deste ranking figuraram: Itajaí (20,6%), Lages (16,8%) e São Bento do Sul (13,4%). E, na passagem dos trimestres, embora Itajaí (-3,9 p.p.) e Lages (-1,9 p.p.) tenham apresentado as maiores variações negativas, em termos relativos, não houve alteração nas três posições mais elevadas no ranking: Itajaí (16,8%), Lages (15,0%) e São Bento do Sul (13,8%).

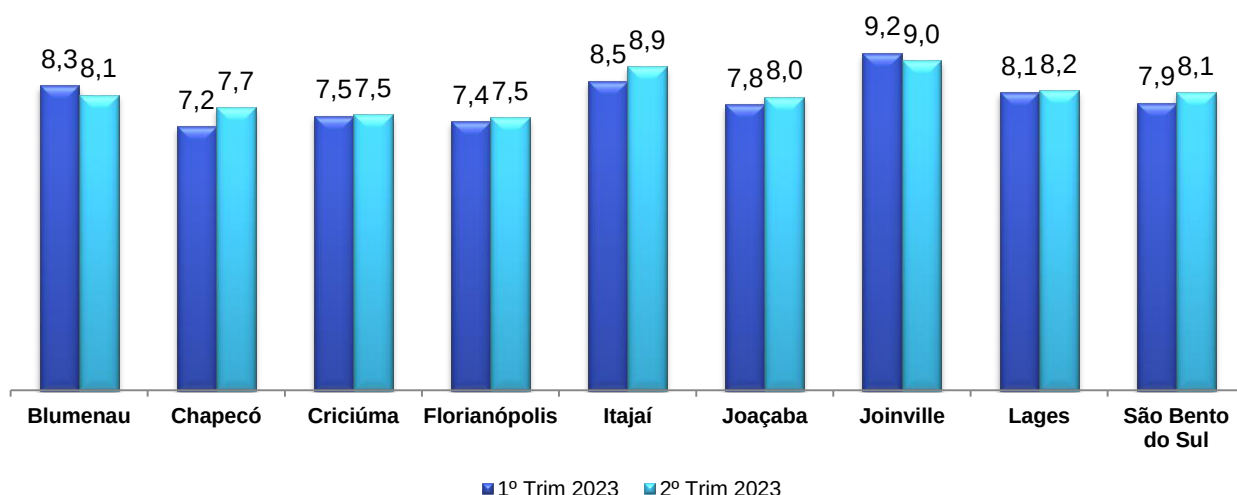
Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média no primeiro trimestre oscilou de 53,2 dias em Blumenau a 76,5 dias em Itajaí. Na passagem do trimestre, quatro cidades reduziram o tempo médio, com destaque para Itajaí que o diminuiu em -10,2 dias. O outro extremo, São Bento do Sul aumentou 6,9 dias. Desta forma, a amplitude do tempo médio de pagamento das dívidas em atraso foi de 55,2 dias em Blumenau a 71,3 dias em Joaçaba.

Tempo médio de pagamento em atraso (em dias) em Santa Catarina



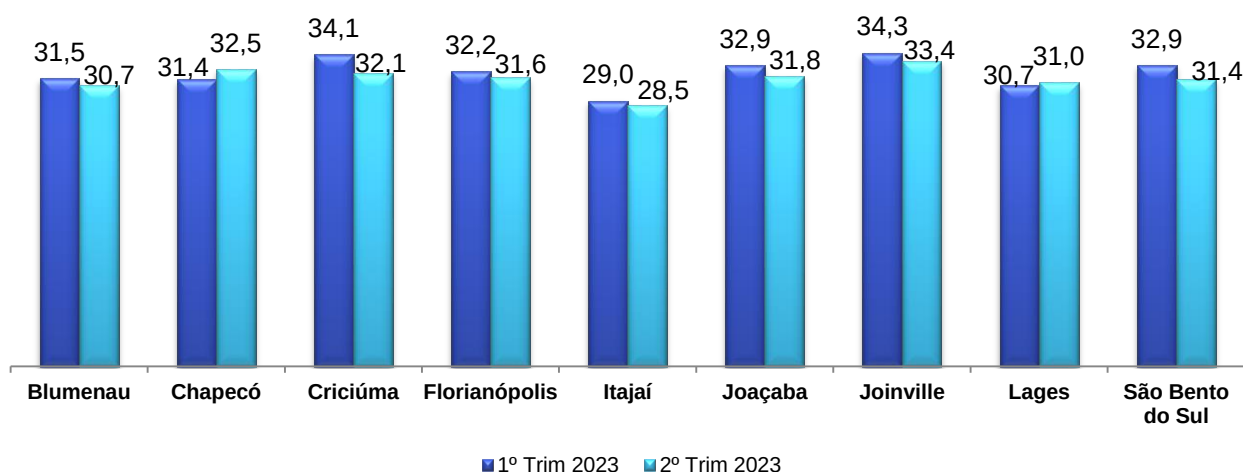
Já o tempo médio de comprometimento com a dívida em meses oscilou entre 7,2 meses (Chapecó) e 9,2 meses (Joinville) no primeiro trimestre de 2023. Na passagem do trimestre não houve variação abrupta desta variável nas cidades pesquisadas, ficando a amplitude das variações entre -0,3 mês (Blumenau) e 0,5 mês (Chapecó). Por essa razão, Joinville (9,0) segue com o maior tempo médio de comprometimento com a dívida no segundo trimestre, seguido por Itajaí (8,9). Na outra ponta aparecem, empatadas, Criciúma e Florianópolis com 7,5 meses cada uma.

Tempo médio de comprometimento com a dívida (em meses) em Santa Catarina



Em relação ao comprometimento de parcela da renda com a dívida, as nove cidades pesquisadas apresentaram comprometimento médio acima dos 30%, com exceção de Itajaí, onde o percentual foi de 29,0% no primeiro trimestre. Vale lembrar que a média em torno dos 30% é um padrão considerado moderado para o controle orçamentário das famílias. E no segundo trimestre, novamente, apenas Itajaí manteve o indicador abaixo dos 30% (28,5%). Na passagem dos trimestres o predomínio foi de variações negativas, com Criciúma caindo -2,0 p.p. e atingindo os 32,1% e Joaçaba com queda de -1,1 p.p. e alcançando os 31,8%. Em contraste, em Chapecó o indicador subiu 1,1 p.p. e registrou os 32,5%.

- Parcela da renda comprometida com a dívida (%) em Santa Catarina**



METODOLOGIA

Os indicadores de endividamento e inadimplência possibilitam traçar um perfil do endividamento, acompanhar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e a percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc. Além das fortes implicações econômicas em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, não se pode esquecer-se dos efeitos do endividamento sobre o setor real da economia. É natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado de crédito. Os problemas de risco moral e seleção adversa são agravados. Também, as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito. É também natural que as famílias em risco de endividamento sejam mais sensíveis às expectativas desfavoráveis da evolução futura dos rendimentos logo, consomem menos quando confrontadas com choques adversos. O efeito da diminuição do consumo privado faz-se sentir diretamente no abrandamento do crescimento do PIB, ou seja, no abrandamento do crescimento económico.

A importância das consequências do endividamento justifica a relevância dada aos aspectos estatísticos e metodológicos do estudo deste fenómeno, no sentido de assegurar o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados.

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes no município de Florianópolis com idade superior a 18 anos. Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial. Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada. Assim, o número mínimo de

consumidores a serem entrevistados na capital foi de 500 (todos os meses) e 988 no interior (trimestralmente), de modo que a amostra total tenha aproximadamente 1.500 consumidores no total. Com isso, espera-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.